

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	64
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	273.901	264.746
1.01	Ativo Circulante	53.266	36.734
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.542	21.306
1.01.01.01	Caixa Geral	531	703
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	3.379	1.840
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	34.632	18.763
1.01.03	Contas a Receber	10.709	11.384
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.709	11.384
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	556	553
1.01.03.02.02	Créditos a Receber Partes Relacionadas	1.082	931
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	8.470	9.234
1.01.03.02.04	Adiantamento à Fornecedores	601	666
1.01.04	Estoques	665	638
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.498	2.030
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.852	1.376
1.01.08.03	Outros	1.852	1.376
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	1.216	1.177
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	636	199
1.02	Ativo Não Circulante	220.635	228.012
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.196	9.782
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.378	3.278
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras	3.378	3.278
1.02.01.03	Contas a Receber	1.342	1.325
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.342	1.325
1.02.01.06	Tributos Diferidos	630	94
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	630	94
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.846	5.085
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	865	1.104
1.02.01.09.04	Indenizações a Receber	3.981	3.981
1.02.03	Imobilizado	6.403	6.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.403	6.437
1.02.03.01.01	Imobilizado	6.403	6.437
1.02.04	Intangível	204.036	211.793
1.02.04.01	Intangíveis	204.036	211.793

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	273.901	264.746
2.01	Passivo Circulante	41.385	38.370
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.200	4.753
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.200	4.753
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	5.200	4.753
2.01.02	Fornecedores	1.178	1.466
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.178	1.466
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.178	1.466
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.126	2.515
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.157	1.449
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.461	650
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	696	799
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	31	37
2.01.03.02.01	ICMS	31	37
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	938	1.029
2.01.03.03.01	ISS	938	1.029
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.959	27.724
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.863	21.954
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.863	21.954
2.01.04.02	Debêntures	7.096	5.770
2.01.04.02.01	Debêntures	7.096	5.770
2.01.05	Outras Obrigações	1.722	1.657
2.01.05.02	Outros	1.722	1.657
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	52	0
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	553	691
2.01.05.02.06	Obrigações para Direito de Concessão	295	295
2.01.05.02.07	Receita Diferida	313	536
2.01.05.02.08	Comissão de Fiança	360	0
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	143	129
2.01.06	Provisões	200	255
2.01.06.02	Outras Provisões	200	255
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção	200	255
2.02	Passivo Não Circulante	59.348	63.884
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	40.339	45.315
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.745	38.132
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	32.745	38.132
2.02.01.02	Debêntures	7.594	7.183
2.02.01.02.01	Debêntures	7.594	7.183
2.02.04	Provisões	19.009	18.569
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.834	17.320
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.004	1.404
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.830	15.916
2.02.04.02	Outras Provisões	1.175	1.249
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	1.175	1.249

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03	Patrimônio Líquido	173.168	162.492
2.03.01	Capital Social Realizado	78.700	78.700
2.03.02	Reservas de Capital	7.644	7.644
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596
2.03.02.07	Reserva para Aumento de Capital	4.048	4.048
2.03.04	Reservas de Lucros	86.824	76.148
2.03.04.01	Reserva Legal	1.535	1.535
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.834	5.834
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	68.779	68.779
2.03.04.10	Lucros Acumulados	10.676	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.120	54.167
3.01.01	Receita de Serviços	49.965	49.675
3.01.02	Receita Extraordinária	277	284
3.01.03	Receita de Construções	1.778	8.546
3.01.04	Abatimentos	-589	0
3.01.05	PIS	-326	-328
3.01.06	COFINS	-1.502	-1.512
3.01.07	ISS	-2.483	-2.498
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.842	-27.613
3.02.01	Custos de Serviços	-21.064	-19.067
3.02.02	Custos de Construções	-1.778	-8.546
3.03	Resultado Bruto	24.278	26.554
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.396	-5.741
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.735	-5.048
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.735	-5.048
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38	3
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	38	3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-699	-696
3.04.05.02	Depreciação	-265	-193
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-434	-503
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.882	20.813
3.06	Resultado Financeiro	-1.599	-4.407
3.06.01	Receitas Financeiras	1.388	972
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.388	972
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.987	-5.379
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.661	-1.629
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-1.326	-3.750
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.283	16.406
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.607	-5.431
3.08.01	Corrente	-6.142	-5.567
3.08.02	Diferido	535	136
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.676	10.975
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.676	10.975
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	130,14348	133,79103
3.99.01.02	ON	118,31226	121,62821
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	83,48399	97,16924
3.99.02.02	ON	75,89454	88,33567

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	10.676	10.975
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.676	10.975

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.737	25.974
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.248	30.829
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto e Contribuição Social	16.283	16.406
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.614	8.663
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	186	0
6.01.01.04	Provisão para Contingência	514	-32
6.01.01.07	Juros e Encargos Financeiros	914	2.042
6.01.01.09	Encargos Debêntures	1.326	3.750
6.01.01.10	Despesa Financeira - Debêntures	411	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.511	-4.855
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	532	619
6.01.02.02	Créditos a Receber	765	2.335
6.01.02.03	Créditos com Partes Relacionadas	-151	-78
6.01.02.04	Adiantamento à Fornecedores	66	41
6.01.02.05	Estoques	-27	-312
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	239	-3
6.01.02.07	Outros Circulantes	-515	2.272
6.01.02.09	Provisão Para Manutenção	-129	-55
6.01.02.10	Salários, Provisões e Contribuições	13	164
6.01.02.11	Fornecedores	-288	-1.769
6.01.02.12	Impostos a Recolher	-198	-335
6.01.02.13	Participação nos Lucros dos Resultados	434	503
6.01.02.14	Outras Obrigações a Pagar	62	-64
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.314	-8.173
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.110	-11.813
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-2.009	-11.702
6.02.02	Ativo Financeiro	-101	-111
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.392	-3.890
6.03.01	Empréstimos Pagos a Terceiros	-5.216	-2.657
6.03.04	Encargos Financeiros Pagos a Terceiros	-1.176	-1.233
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.235	10.271
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.307	26.706
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.542	36.977

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	78.700	7.644	76.148	0	0	162.492
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	78.700	7.644	76.148	0	0	162.492
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.676	0	10.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.676	0	10.676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	78.700	7.644	76.148	10.676	0	173.168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	72.470	5.024	78.853	0	0	156.347
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	72.470	5.024	78.853	0	0	156.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.975	0	10.975
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.975	0	10.975
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.975	-10.975	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.975	-10.975	0	0
5.07	Saldos Finais	72.470	5.024	89.828	0	0	167.322

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	51.469	58.508
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.376	49.675
7.01.02	Outras Receitas	2.093	8.833
7.01.02.01	Receitas de Construções	1.778	8.546
7.01.02.02	Outras	315	287
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.779	-18.598
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.679	-1.906
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.322	-8.146
7.02.04	Outros	-1.778	-8.546
7.02.04.01	Custos de Construções	-1.778	-8.546
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.690	39.910
7.04	Retenções	-9.614	-8.663
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.614	-8.663
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.076	31.247
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.388	972
7.06.03	Outros	1.388	972
7.06.03.02	Receitas Financeiras	1.388	972
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.464	32.219
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.464	32.219
7.08.01	Pessoal	4.872	4.671
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.313	3.181
7.08.01.02	Benefícios	886	763
7.08.01.03	F.G.T.S.	239	224
7.08.01.04	Outros	434	503
7.08.01.04.01	Participações de Empregos	434	503
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.661	10.760
7.08.02.01	Federais	8.137	7.970
7.08.02.02	Estaduais	41	292
7.08.02.03	Municipais	2.483	2.498
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.255	5.813
7.08.03.01	Juros	1.661	1.629
7.08.03.02	Aluguéis	268	434
7.08.03.03	Outras	1.326	3.750
7.08.03.03.01	Participações de Debenturistas	1.326	3.750
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.676	10.975
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.676	10.975

Comentário do Desempenho

AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o comentário do desempenho referentes as Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2016, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Desempenho econômico-financeiro

Desempenho Operacional

Volume de Tráfego - mil	1T16	1T15	Dif.	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	4.180	4.165	15	0,4%
Leves	2.001	1.689	312	18,5%
Pesados	2.179	2.476	(297)	-12,0%

Foram pedagiados no 1T16 4,18 milhões de veículos equivalentes¹, crescimento de 0,4% em relação ao 1T15.

Os veículos leves apresentaram crescimento de 18,5% devido, principalmente, ao fechamento, ocorrido em 15/10/15 em atendimento a decisão judicial e da ANTT, do retorno que existia em frente à praça de pedágio de PN1. Tal medida melhorou a segurança da rodovia.

Os veículos pesados tiveram seu desempenho impactado pelo atual quadro econômico do país. Somado a este cenário, a partir do dia 17/04/15, entrou em vigor a Lei nº 13.103 – Lei dos Caminhoneiros, que proíbe a cobrança de eixos suspensos em

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

caminhões sem cargas. Neste trimestre, 99,7 mil eixos deixaram de ser cobrados. Como consequência, os veículos pesados apresentaram queda de 12,0% em relação ao 1T15. Quando expurgado o efeito da Lei dos Caminhoneiros, este índice cai para 8,0%. Convém destacar o descompasso de datas de feriados ocorridos em 2015 e 2016, como a Páscoa, por exemplo, que ocorreu em março/16 e está impactando na comparação do volume de tráfego e da Receita.

Receita Operacional

R\$ mil	1T16	1T15	Dif.	Δ%
Receita Líquida	47.158	54.171	-7.013	-12,9%
Receitas de Pedágio	49.965	49.675	290	0,6%
Outras Receitas	315	287	28	9,8%
Receita de Construção (IFRS)	1.778	8.546	(6.768)	-79,2%
Deduções da Receita	(4.900)	(4.337)	(563)	13,0%
Receita Líquida Ajustada¹	45.380	45.624	-244	-0,5%

¹ Exclui Receita de Construção.

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio no 1T16 foi de R\$ 50M, o que representou um crescimento de 0,6% em relação ao 1T15 devido ao crescimento do número de veículos equivalentes pedagiados.
- **Receitas Extraordinárias/Outras** – As Receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 0,3M no 1T16, crescimento de 9,8% em relação ao 1T15, proveniente de reajustes contratuais.
- **Receita da Construção** - Foi apurada como receita de construção (IFRS) R\$ 1,8M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.
- **Deduções da Receita** – No 1T16 foram concedidos o total de R\$ 589 mil a título de desconto aos moradores cadastrados de Magé, conforme convênio firmado entre a CRT e o Município de Magé com a interveniência da ANTT e

Comentário do Desempenho

do Ministério Público Federal de Magé, com vistas ao fechamento do Retorno em PN1, objetivando aumentar a segurança viária no local.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

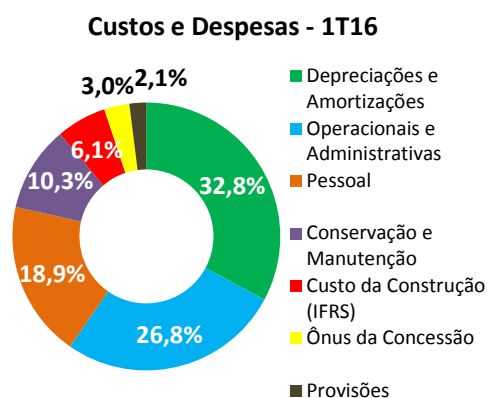
R\$ mil	1T16	1T15	Dif.	Δ%
Custos e Despesas	29.278	33.316	-4.038	-12,1%
Pessoal	5.524	5.370	153	2,9%
Operacionais e Administrativas	7.855	6.877	978	14,2%
Conservação e Manutenção	3.019	2.908	112	3,8%
Ônus da Concessão	886	952	(65)	-6,9%
Provisões	601	0	601	-
Custo da Construção (IFRS)	1.778	8.546	-6.768	-79,2%
Depreciações e Amortizações	9.614	8.663	951	11,0%
Custos e Despesas Ajustados¹	26.898	24.769	2.129	8,6%

¹Exclui Custo de Construção e Provisões

Os Custos Operacionais e Despesas administrativas (ajustados), expurgando as Depreciações e Amortizações, totalizaram R\$ 17,3 milhões e estão R\$ 1.2 milhões (+7,3%) acima dos registrados no 1T15.

Este índice está 2,1 p.p abaixo da inflação (IPCA) dos últimos 12 meses (base mar/16). Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 153, em decorrência dos reajustes salariais ocorrido em mar/15; **Operacionais e Administrativas** – aumento de R\$ 978 em função de reajustes contratuais, novas consultorias

jurídicas, reajuste da energia elétrica acima da inflação (+60%) ocorrido em abril/15 e maior demanda com despesas ambientais; **Conservação e Manutenção** – aumento de R\$ 112 devido a reajustes contratuais, que foram parcialmente compensados pela postergação de alguns serviços em função das chuvas ocorridas no 1T16; **Ônus da**



Comentário do Desempenho

Concessão – decréscimo de R\$ 65 em função da postergação de projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico); **Provisões** - Constituição de contingência trabalhista, cujo objeto está em grau de recurso junto ao TST.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado - R\$ mil	1T16	1T15	Dif.	Δ%
Lucro líquido no ano	10.676	10.975	(299)	-2,7%
Imposto de Renda e CSLL	5.606	5.471	135	2,5%
Participações	1.326	3.750	(2.424)	-64,6%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	273	657	(384)	-58,4%
Depreciação e amortização	9.614	8.663	951	11,0%
EBITDA Ajustado ¹	27.496	29.517	(2.021)	-6,8%
Margem EBITDA Ajustada	60,6%	64,7%	-4,1 p.p.	

¹Exclui Receita e Custo de Construção

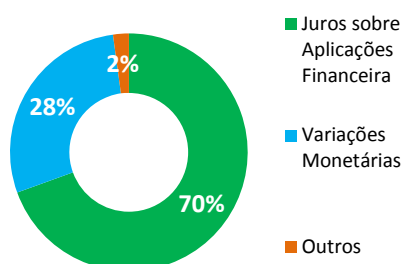
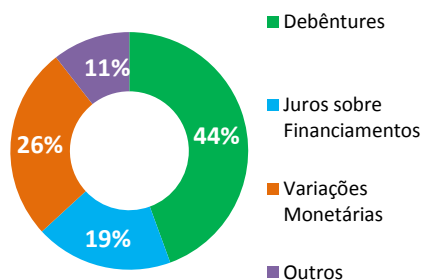
O EBITDA Ajustado do 1T16 totalizou R\$ 27,5 milhões, queda de 6,8% em relação ao 1T15. A Margem EBITDA Ajustada foi de 60,6% (-4,1p.p.). reflexo dos reajustes de salários, de tarifas públicas e de contratos, que provocaram crescimento dos Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro**

Resultado Financeiro - R\$ mil	1T16	1T15	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	1.388	972	416	42,8%
Juros sobre Aplicações Financeira	964	857	107	12,5%
Variações Monetárias	394	20	374	1843,7%
Outros	30	95	-65	-68,5%
Despesas Financeiras	(2.986)	(5.378)	2.392	-44,5%
Debêntures	(1.326)	(3.750)	2.424	-64,6%
Juros sobre Financiamentos	(559)	(724)	165	-22,8%
Variações Monetárias	(784)	(762)	(22)	2,9%
Outros	(316)	(142)	(174)	122,6%
Resultado Financeiro	(1.599)	(4.407)	2.808	-63,7%

O resultado Financeiro da companhia no 1T16 totalizou R\$ 1,6M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma queda de 63,7% em relação ao 1T15. Esta redução ocorreu em função da maior receita financeira, da menor atribuição de Debêntures (devido ao menor resultado), e da menor despesa com Juros de Financiamentos em função da amortização do saldo principal.

Receitas Financeiras - 1T16**Despesas Financeiras - 1T16**

Comentário do Desempenho**Resultado do Exercício**

DESCRIÇÃO	1º trim/2016	1º trim/2015	Δ%
Veículos equivalentes	4.180	4.165	0,4%
Receita operacional líquida	47.158	54.170	-12,9%
Receitas operacionais	49.965	49.675	0,6%
Abatimentos	(589)	-	0,0%
PIS, COFINS, ISS e outros	(4.311)	(4.338)	-0,6%
Outras receitas	315	287	9,8%
Receita de construção	1.778	8.546	-79,2%
Custos e despesas	(19.662)	(24.653)	-20,2%
Custos e despesas	(16.397)	(15.155)	8,2%
Provisões diversas	(601)	-	0,0%
Ônus da concessão	(886)	(952)	-6,9%
Custo de construção	(1.778)	(8.546)	-79,2%
EBITDA	27.496	29.517	-6,8%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>58,31%</i>	<i>54,49%</i>	<i>3,82 p.p.</i>
Depreciações e amortizações	(9.614)	(8.663)	11,0%
Despesas financeiras líquidas ¹	(1.599)	(4.407)	-63,7%
Lucro antes i. renda	16.283	16.447	-1,0%
Imposto de renda/contribuição social ²	(5.607)	(5.472)	2,5%
Lucro líquido	10.676	10.975	-2,7%
Lucro líquido/receita líquida	22,64%	20,26%	2,38 p.p.
Receita líquida ajustada³	45.380	45.624	-0,5%
EBITDA ajustado⁴	27.496	29.517	-6,8%
Margem EBITDA ajustada	60,59%	64,70%	-4,11 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures² Contém R\$ 41 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet em 2015)³ Exclui receita de construção⁴ Exclui receita e custo de construção

O lucro líquido por ação no trimestre atingiu R\$ 123,47, contra R\$ 126,93 no 1T15, devido principalmente ao crescimento dos Custos Operacionais e das Despesas Administrativas em relação ao 1T15.

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado do terceiro trimestre de 2016 totalizou R\$ 3.258 (Acionistas R\$ 1.932 e Debenturistas R\$ 1.326), calculado na base de 30% do resultado.

Comentário do Desempenho

Financiamento

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012 finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 14,5M.

Em agosto de 2012 realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9.5M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 4,5M.

Em dezembro de 2013 a companhia assinou o contrato de financiamento, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, de importantes obras que serão realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III e Trecho IV) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Até o momento houve a captação de R\$ 42M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 35,5M.

Disponibilidade e Endividamento

Endividamento R\$ mil	1T16	1T15	Dif.	Δ%
Curto Prazo	28.959	27.553	1.406	5,1%
Empréstimos e Financiamento	21.863	17.785	4.078	22,9%
Debêntures	7.096	9.768	(2.672)	-27,4%
Longo Prazo	40.339	57.692	(17.353)	-30,1%
Empréstimos e Financiamento	32.745	50.024	(17.279)	-34,5%
Debêntures	7.594	7.668	(74)	-1,0%
Dívida Bruta	69.298	85.245	(15.947)	-18,7%
Caixa e Equivalente de Caixa	38.543	36.978	1.565	4,2%
Dívida Líquida	30.755	48.268	(17.512)	-36,3%
EBITDA Ajustado LTM¹	107.093	118.200	(11.107)	-9,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	0,29	0,41	-12,1 p.p.	

¹EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho

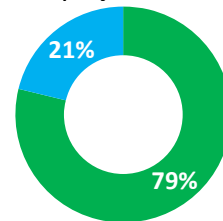
A companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 38,5M. O crescimento do saldo deve-se, principalmente, ao menor volume de investimentos realizados no trimestre.

O saldo da dívida bruta em março/2016 ficou em R\$ 69,3M, uma redução de R\$ 18,7% em relação ao saldo de março/2015, motivada pela amortização dos financiamentos. A maior parte do saldo da dívida (58%) tem vencimento no longo prazo.

A relação Dívida Líquida/EBITDA do 1T16 apresentou o indicador de 0,29 contra 0,41 do 1T15, variação de 29,7%.

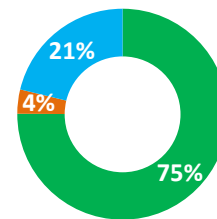
Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da companhia.

Composição da Dívida



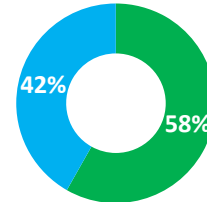
■ Financiamentos ■ Debêntures

Indexadores da Dívida



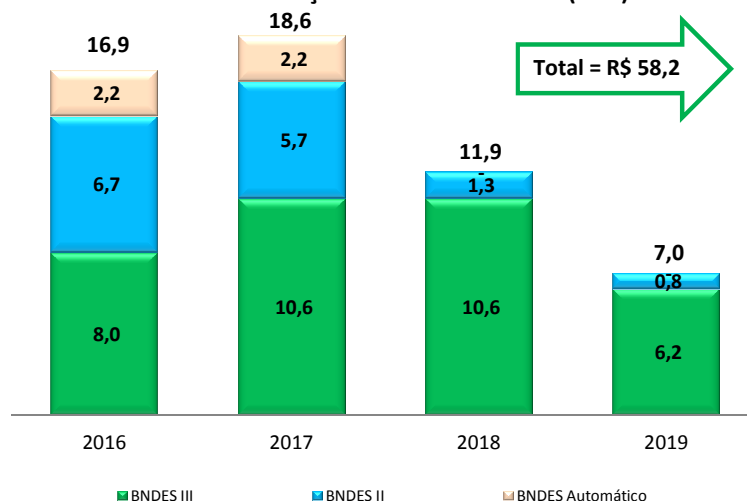
■ TJLP ■ UMBNDES ■ Part. Resultados

Perfil da Dívida



■ Longo Prazo ■ Curto Prazo

Amortização dos financiamentos (MM)



Comentário do Desempenho

Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	1º trim/2016	1º trim/2015	%
Ampliação da Rodovia	696	2.167	-68%
Contenções de encostas	311	5.196	-94%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	588	4.363	-87%
Total	1.595	11.726	-86%

A realização do plano de investimentos de 2016 aguarda a aprovação da revisão tarifária por parte da ANTT, associada ao reequilíbrio do contrato de concessão.

Classificação de risco

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings manteve o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AA(bra)' com perspectiva estável. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Recursos humanos

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2016 com o efetivo de 362 funcionários (360 em 2015), maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2016 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral e a massoterapia. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em Lei, bem como, a política de subvenção educacional.

Responsabilidade social e ambiental

Mantivemos, no primeiro trimestre de 2016, o convênio pioneiro na região firmado com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (oficinas de informática e marcenaria).

A CRT continua patrocinando, por meio da Lei Rouanet, o Projeto Olhares, iniciado em 2011. O projeto foi desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, tendo por objetivo utilizar a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro,



Comentário do Desempenho

especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, atendendo atualmente a 50 (cinquenta) crianças e adolescentes.

A Concessionária mantém o patrocínio iniciado em 2014 ao projeto Teatro dos APAExonados, promovido pela APAE Magé. Por meio da Lei Rouanet, a CRT patrocina integralmente as oficinas de teatro para 80 crianças e jovens com deficiência.

Na área ambiental, demos continuidade aos projetos, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, não prestaram durante o trimestre findo em 31 de março de 2016 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com termino em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 29 de abril de 2016.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR. As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2015, publicadas na imprensa oficial em 30 de março de 2016. Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

As informações financeiras nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

a) Normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts – aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- Alterações no IFRS 11 – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer que um adquirente de participação de operação em conjunto, cuja atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “bearer plants” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

Notas Explicativas

b) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers – define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tal pronunciamento antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações financeiras intermediárias.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas Explicativas

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 126.463, como segue (dados em milhares de reais):

	2016	2017	2018 a 2021	Total
Investimentos – PER	35.074	37.524	53.865	126.463

Tais investimentos estão condicionados a autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2016	31.12.2015
<u>Caixa e Bancos:</u>	3.910	2.543
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Votorantim S.A.	7.028	3.884
Caixa Econômica Federal	21.696	12.119
Banco ABC Brasil S.A	5.908	2.760
	34.632	18.763
Total	38.542	21.306

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101,8% do CDI. O valor

Notas Explicativas

aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Aplicações financeiras

	31.03.2016	31.12.2015
Aplicações Financeiras	3.378	3.278
Total não circulante	<u>3.378</u>	<u>3.278</u>

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário à um percentual do CDI, a taxa de referência do mercado de juros, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

6. Créditos a receber

	31.03.2016	31.12.2015
Pedágio eletrônico	7.770	8.345
Vale Pedágio	697	886
Outros	3	3
Total	<u>8.470</u>	<u>9.234</u>

A Companhia vem operando desde o ano 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil desde 2011, com o sistema de vale pedágio DBTRANS. Além desses, a Companhia opera ainda com o pedágio eletrônico Auto Expresso, Conectcar, vale pedágio Visa Vale e PEX - Passe Expresso. Este último incluído na Nota 7, por se tratar de créditos a receber de partes relacionadas.

Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis da Via fácil em 45 dias, DBTRANS em 30 dias, Auto expresso em 30 dias, Conectcar em até 60 dias, Visa vale em 30 dias e PEX em até 60 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros.

A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos para estes créditos a receber em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

Notas Explicativas**7. Créditos a receber de partes relacionadas**

	31.03.2016	31.12.2015
PEX - Passe Expresso	1.082	931
Total	1.082	931

Referem-se aos valores a receber referentes aos serviços de cobrança eletrônica de pedágio prestados pela PEX – Passe Expresso, que é controlada pela INVEPAR. A cobrança eletrônica da PEX- Passe Expresso, está operando na rodovia desde o terceiro trimestre de 2013. Os valores relativos a essa operação são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do registro da passagem pelo usuário. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo de partes relacionadas estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

Abaixo se encontra o total da receita com a PEX – Passe Expresso.

	31.03.2016	31.12.2015
PEX - Passe Expresso	2.011	8.020
Total	2.011	8.020

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições compatíveis com as condições de mercado.

As informações sobre a remuneração do pessoal chave da Companhia estão descritas na Nota 23.

8. Estoques

	31.03.2016	31.12.2015
Almoxarifado	503	511
Matéria-prima	162	127
Total	665	638

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

Notas Explicativas**9. Impostos, taxas e contribuições****a) Impostos a recuperar**

	31.03.2016	31.12.2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	192	189
PIS e COFINS	335	335
ISS	29	29
Circulante	<u>556</u>	<u>553</u>

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31.03.2016	31.12.2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.461	650
PIS e COFINS	683	776
ISS	938	1.029
ICMS	31	37
IRRF	13	23
Circulante	<u>4.126</u>	<u>2.515</u>

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31.03.2016			31.12.2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	344	124	468	376	134	510
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	4.719	1.605	6.324	4.590	1.558	6.148
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	817	294	1.111	715	257	972
Ativo não circulante	5.880	2.023	7.903	5.681	1.949	7.630
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	1.123	404	1.527	1.196	431	1.627
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	2.394	862	3.256	2.514	905	3.419
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso	995	358	1.353	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	836	301	1.137	836	301	1.137
Passivo não circulante	5.348	1.925	7.273	5.541	1.995	7.536
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	532	98	630	140	(46)	94

As projeções de realizações dos impostos diferidos são as seguintes:

	31.03.2016	31.12.2015
Ativo diferido		
Ativo diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.367	6.235
Ativo diferido a ser recuperado após 12 meses	1.536	1.395
	7.903	7.630
Passivo diferido		
Passivo diferido a ser realizado em até 12 meses	948	1.311
Passivo diferido a ser realizado após 12 meses	6.325	6.225
	7.273	7.536
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	630	94

Notas Explicativas**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31.03.2016	31.03.2015
Lucro antes da tributação	(16.283)	(16.406)
IR e CS sobre lucro líquido	(5.536)	(5.578)
Despesas não dedutíveis diversas	(429)	(184)
Exclusões permanentes diversas	40	29
Incentivos fiscais	47	82
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	265	-
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	214
Outros	6	6
IR e CS totais	(5.607)	(5.431)
Corrente	(6.142)	(5.567)
Diferido	535	136

e) Considerações sobre Lei 12.973/14

Em 1º. de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado a medida da realização desses ativos. Entretanto a companhia adota as medidas necessárias em observância as regras especiais, contidas nos arts. 174 e 175, da Instrução Normativa 1.515/2014, nos casos de contratos concessões de serviços públicos.

10. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Total
Em 1º de janeiro de 2015						
Saldo inicial	2.155	68	277	629	2.692	5.821
Aquisições	321	215	18	6	1.021	1.581
Transferências	1.875	15	(3)	3	(1.890)	-
Baixas	(383)	(133)	(46)	-	-	(562)
Depreciação	(326)	(219)	(47)	(179)	(35)	(806)
Baixas	224	133	46	-	-	403
Saldo contábil líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Em 31 de dezembro de 2015						
Custo	6.013	922	473	954	2.136	10.498
Depreciação acumulada	(2.147)	(843)	(228)	(495)	(348)	(4.061)
Saldo contábil líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Em 1º de janeiro de 2016						
Saldo inicial líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Aquisições	24	48	3	-	153	228
Transferências	2	(2)	-	-	-	-
Depreciação	(187)	(17)	(10)	(44)	(4)	(262)
Saldo contábil líquido	3.705	108	238	415	1.937	6.403
Em 31 de março de 2016						
Custo	6.039	968	476	954	2.289	10.726
Depreciação acumulada	(2.334)	(860)	(238)	(539)	(352)	(4.323)
Saldo contábil líquido	3.705	108	238	415	1.937	6.403

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

Notas Explicativas

De acordo com o CPC01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A vida útil dos itens utilizada na depreciação é como segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

11. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)			
Em 1º de janeiro de 2015							
Custo	140.220	25.347	191.749	26.126	53	489	383.984
Amortização acumulada	(78.534)	(14.025)	(84.148)	-	(48)	(316)	(177.071)
Saldo contábil líquido	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Em 31 de dezembro de 2015							
Saldo inicial	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Aquisições	2.481	120	576	30.944	-	214	34.335
Transferências	40.681	1.276	8.237	(50.194)	-	-	-
Baixas	-	(130)	-	-	-	(16)	(146)
Amortização	(10.174)	(1.840)	(17.296)	-	(5)	(140)	(29.455)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	130	-	-	-	16	146
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	183.383	26.614	200.561	6.876	53	688	418.175
Amortização acumulada	(88.709)	(15.736)	(101.443)	-	(53)	(441)	(206.382)
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Em 1º de janeiro de 2016							
Saldo inicial	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Aquisições	-	-	-	1.774	-	7	1.781
Transferências	-	1.515	-	(1.515)	-	-	-
Baixas	-	(186)	-	-	-	-	(186)
Amortização	(4.251)	(460)	(4.632)	-	-	(9)	(9.352)
Saldo contábil líquido	90.423	11.747	94.486	7.135	-	245	204.036
Em 31 de março de 2016							
Custo	183.383	27.943	200.561	7.135	53	695	419.770
Amortização acumulada	(92.960)	(16.196)	(106.075)	-	(53)	(450)	(215.734)
Saldo contábil líquido	90.423	11.747	94.486	7.135	-	245	204.036

(*) O valor de outros se refere a obras em andamento. (Nota 13)

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 597, (vide nota 13) diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

12. Fornecedores e outras obrigações

	31.03.2016	31.12.2014
Fornecedores		
Fornecedores nacionais ⁽¹⁾	1.178	1.466
	1.178	1.466
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	360	-
Verba de fiscalização ⁽³⁾	295	295
Receita diferida ⁽⁴⁾	313	536
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	553	691
Seguros a pagar ⁽⁶⁾	52	-
Outras	143	129
	1.716	1.651
Dividendos	6	6
Total	2.900	3.123

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de março de 2016 e de 2015 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

Notas Explicativas

(2) As comissões sobre fianças referem-se as garantias pré-determinadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 13)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referente a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados, entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 26).

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto dos empréstimos

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos	Saldo inicial	Principal		Variação monetária	Juros		Saldo final
						Captação	Pagamento		incorridos	Juros pagos	
				anuais (spread)	31/12/2015						31/03/2016
BNDES	A e C	jul/17	TJLP	1,80 % a.a.	12.180	-	(1.075)	28	149	(153)	11.129
BNDES	A e C	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	24.226	-	(2.170)	101	548	(554)	22.151
BNDES	B e D	jul/17	TJLP	2,80 % a.a.	2.826	-	(407)	9	56	(58)	2.426
BNDES	B e D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	2.130	-	(194)	7	43	(44)	1.942
BNDES	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	13.194	-	(809)	39	242	(243)	12.423
Banco ABC Brasil S.A.	A	set/17	TJLP	5,30 % a.a.	2.258	-	(320)	6	56	(58)	1.942
Banco ABC Brasil S.A.	B e C	set/17	UMBND	4,30 % a.a.	3.272	-	(241)	(430)	60	(66)	2.595
Total					60.086	-	(5.216)	(240)	1.154	(1.176)	54.608
Parcela do curto prazo					<u>21.954</u>						<u>21.863</u>
Parcela do longo prazo					<u>38.132</u>						<u>32.745</u>

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e

Notas Explicativas

D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e C terminará em 15 de julho de 2017 e a amortização dos créditos B e D em 15 de julho de 2019.

A Companhia deu como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A com vencimento em 10 de abril de 2016, sendo substituída por nova carta de fiança emitida por Santander (BRASIL) S.A., cujo vencimento ocorrerá em 10 de janeiro de 2017.

A Companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. Os recursos foram destinados, parte, na construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02 e, o crédito remanescente, está sendo aplicado na realização das obras da Rodovia BR 116.

A totalidade do crédito está dividida em: subcréditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados.

Sobre o subcrédito A, incidirão juros de 5,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Sobre os subcréditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira (UMBNDDES), sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

Notas Explicativas

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

A Companhia deu como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até oito anos contados da data de sua emissão em 20 de agosto de 2012.

A Companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para construção da terceira e quarta faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015, até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas “*Payments*” (PMT’s) e penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;

Notas Explicativas

- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da Companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas ("covenants").

Em 31 de março de 2016, todos os "covenants" foram atendidos.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	31.03.2016	31.12.2015
2017	12.932	18.389
2018	18.710	18.644
2019	1.103	1.099
Total Longo Prazo	<u>32.745</u>	<u>38.132</u>

Notas Explicativas**14. Salários, provisões e contribuições**

	31.03.2016	31.12.2015
Provisões trabalhistas	1.853	1.648
Encargos trabalhistas	729	881
Imposto de renda retido na fonte	81	112
Participação no resultado*	2.374	1.940
Benefícios	27	9
Outros	136	163
Total circulante	5.200	4.753

* Vide nota 23.

15. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseado nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 26). A Administração, não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 851 em março de 2016 (em 2015 – R\$ 1.089) depositados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas R\$ 826 em 2016 (2015 - R\$ 914) e R\$ 25 (2015 – R\$ 175).

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2015	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 31.03.2016
Trabalhistas	1.404	600	-	-	2.004
Cíveis	15.916	1	(87)	-	15.830
Valor Provisionado	17.320	601	(87)	-	17.834

O crescimento significativo da contingência cível ocorreu em função do aumento dos valores provisórios envolvidos em ação cível ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000.

Os valores homologados estão pendentes de julgamento de recurso. A companhia questiona a não apreciação dos quesitos apresentados ao perito. A chance de perda apontada pelo escritório que representa a CRT é classificada como provável. Análise

Notas Explicativas

de impacto é limitado considerando que a ação está garantida por apólice de seguro, ressalvado o valor da franquia.

O valor registrado a título de provisão corresponde a R\$ 13.711, dos quais, parte está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Notas Explicativas

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 10.376 em março de 2016, referente a processos cíveis e trabalhistas, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.03.2016	31.12.2015
Trabalhistas	1.619	1.309
Cíveis	8.579	8.579
Fiscais	178	178
	10.376	10.066

Notas Explicativas

16. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são:

	Saldo Inicial 31.12.2015	Realização	Saldo Final 31.03.2016
Provisão para manutenção	1.504	(129)	1.375
Provisão de curto prazo	255		200
Provisão de longo prazo	1.249		1.175

17. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

- | | |
|-------------------------------|---|
| 1) Forma e espécie: | Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia. |
| 2) Quantidade de títulos: | 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão. |
| 3) Valor da emissão (em R\$): | A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão. |

Notas Explicativas

- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da

Notas Explicativas

EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for Superior a 1 (uma) ação este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1(uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros

Notas Explicativas

apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos: (Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas**11) Remuneração:**

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Notas Explicativas

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

- 12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após

Notas Explicativas

a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total, de R\$ 7.668, corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de março de 2016, a Companhia provisionou o valor de R\$ 7.096 (2015: R\$ 5.770) correspondente a remuneração dos debenturistas.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 78.700, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	31.03.2016						31.12.2015	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	10.264	11,87
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

Notas Explicativas

O total de dividendos foi calculado como se segue:

	31.03.2016	31.12.2015
Lucro líquido do período	10.676	30.707
Reserva legal	(534)	(1.535)
Base de cálculo	10.142	29.172
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	2.536	7.293
Dividendo adicional pago	-	12.444
Dividendo adicional proposto	-	3.636
Total de dividendos	2.536	23.373

O estatuto da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado. Para o primeiro trimestre de 2016, a distribuição atribuída é de 30% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, o dividendo adicional pago e o dividendo adicional proposto.

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

Notas Explicativas

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	31.03.2016	31.12.2015
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva para aumento de capital	4.048	4.048
Reserva legal	1.535	1.535
Reserva de restituição de capital	3.820	3.820
Reserva para investimentos	2.014	2.014
Reserva de retenção de lucros	68.779	68.779
Lucros acumulados	10.676	-
Total das reservas	94.468	83.792

19. Receitas

	31.03.2016	31.03.2015
Receita de pedágio	49.965	49.675
Receita extraordinária	277	284
Receita de construção *	1.778	8.546
Tributos incidentes sobre as receitas	(4.311)	(4.338)
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(589)	-
Receita líquida	47.120	54.167

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo.

Notas Explicativas

Em contrapartida, há o reconhecimento do Custo de Construção e é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Dos valores registrados a título de receita de pedágio, R\$ 2.011 em 2016 (1.899 em 2015), corresponde a receita com partes relacionadas e R\$ 47.954 em 2016 (47.775 em 2015) referem-se a receita de pedágio com terceiros.

Notas Explicativas**20. Custos**

	31.03.2016	31.03.2015
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	783	711
Prestadores de serviço	2.483	2.471
Material, equipamento e veículos	408	307
Gastos gerais	254	(4)
Gastos com aluguéis	28	46
Depreciação e amortização	9.343	8.467
	13.299	11.998
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.358	2.102
Prestadores de serviço	2.505	1.736
Material, equipamento e veículos	578	693
Gastos gerais	243	140
Custos contratuais de concessão	1.679	1.906
	7.363	6.577
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	175	165
	175	165
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	32	32
Custo apropriação	195	295
	227	327
Total de custos associados a receita de pedágio	21.064	19.067
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	1.778	8.546
Total	22.842	27.613

Notas Explicativas**21. Despesas gerais e administrativas**

	31.03.2016	31.03.2015
Salários, encargos e benefícios	1.604	1.727
Serviços de terceiros	988	1.332
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	329	209
Despesas gerais	2.469	1.454
Despesas de remuneração de dirigentes	345	326
Total	5.735	5.048

22. Receitas e despesas, financeiras

	31.03.2016	31.03.2015
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(560)	(724)
Despesas bancárias	(317)	(143)
Variação monetária passiva	(784)	(762)
	(1.661)	(1.629)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	964	857
Variação monetária ativa	398	22
Descontos obtidos	26	19
Outros	-	74
	1.388	972
Remuneração de Debenturistas	(1.326)	(3.750)
Total	(1.599)	(4.407)

23. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados**a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)**

A Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos

Notas Explicativas

resultados em 31 de março de 2016, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 434 (R\$ 503 em 2015).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em proposta para destinação dos resultados divulgada pela Administração em 30 de março de 2016, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	31.03.2016			31.03.2015		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	327	18	345	299	27	326
Bônus variáveis (i)	174	-	174	201	-	201
Outros	25	-	25	-	-	-
Total	526	18	544	500	27	527

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

24. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir

Notas Explicativas

não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	38.010	38.010	38.010
Taxa anual estimada do CDI	14,13%	10,60%	7,07%
Efeito anual no caixa líquido	5.371	4.029	2.687

Notas Explicativas

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,8%	6.159	6.244	6.330
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,8%	2.659	2.696	2.732
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	5.148	5.296	5.445
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	2.240	2.304	2.367
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 5,30%	2.150	2.182	2.213
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES + 4,30%	982	1.006	1.030
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES + 4,30%	1.964	2.012	2.060
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		12,82%	16,02%	19,23%

Notas Explicativas**(c.3) BNDES III**

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	28.743	29.570	30.398
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	12.824	13.187	13.551
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio, exceto pela variação da UMBNDES (bolsa de moedas) citado acima.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de março de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2016, a Companhia revisou a

Notas Explicativas

estratégia em relação a 2015, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira em, 31 de março de 2016 e, em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Debêntures (Nota 17)	14.690	12.953
Total dos empréstimos (Nota 13)	54.608	60.086
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(38.542)</u>	<u>(21.306)</u>
Dívida líquida	30.756	51.733
Total do patrimônio líquido	<u>173.168</u>	<u>162.492</u>
Total do capital	<u>203.924</u>	<u>214.225</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,15</u>	<u>0,24</u>

25. Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil e oitocentos) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas Explicativas

	31.03.2016			31.03.2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	5.772	4.904	10.676	5.934	5.041	10.975
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	118,31	130,14	123,47	121,63	133,79	126,93

(*) Para o lucro diluído em 31 de março de 2016 e 2015, vide quadro abaixo:

	31.03.2016			31.03.2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	3.422	7.253	10.676	3.518	7.457	10.975
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	281	595	875	794	1.682	2.476
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	3.703	7.849	11.551	4.311	9.140	13.451
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.014	142.800	48.786	94.014	142.800
Lucro por ação (R\$)	75,89	83,48	80,89	88,36	97,22	94,19

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

(2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 30% em 2016 e de 75% em 2015. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 17.

26. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de março de 2016:

Notas Explicativas

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.09.15 à 12.09.16	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Riscos Operacionais	65.000	11.07.15 à 11.07.16	HDI Gerling Seguros
Garantia	15.600	22.11.15 à 22.11.16	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.16 à 15.02.17	AIG Seguros Brasil
Automóveis	3.150	30.01.16 à 30.01.17	Tokio Marine Seguradora
Automóveis	200	31.08.15 à 31.08.16	Liberty Seguros

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis receberá a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase do projeto, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro/2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto/12 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

A quarta e última fase do projeto, entre o Km 93 e o Km 90, aguarda liberação de licenças ambientais e da ANTT para início da obra.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra, que irá contemplar 12 dos seus 14 quilômetros de extensão. Essa nova configuração permitirá que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam será significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que prevê as intervenções em etapas, dividindo o trecho em quatro segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançará de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumenta o prazo de conclusão da obra, mas atenua o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a grande maioria dos motoristas (90%) é favorável e desejam a realização da obra, mesmo informados dos eventuais transtornos que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não será alterado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções irá ocorrer em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não haverá canteiro de obras na Serra. Será utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra serão segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Será contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizará, entre outros, um técnico ambiental de campo que irá atuar de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que deverão ser implementadas. Essa equipe irá assegurar a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Serão implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Será feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos serão dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios serão devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material seja carreado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, será feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, serão instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, terão lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

b) Demais projetos

Como já comentado em outras seções, continuamos na expectativa da liberação do poder concedente de modo que possamos cumprir o programa de investimentos deste ano.

Dentre as obras e serviços concluídas e em andamento no trimestre, destacamos:

Serviço de conserva e manutenção

- Serviços de roçada capina, poda, manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Manutenção de encostas / Implantação e manutenção cercas
- Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central;
- Manutenção predial: Pintura posto PRF Km 122 (60%) / Pintura posto PRF Km 133,5 (75%) / Construção de lavador de veículos na Sede (50%) / Manutenção rede de esgoto PN2 (80%) / Recuperação da cobertura de PN1 (70%) / Automação portão Brasilinha e do novo estacionamento Sede (30%)
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 2.644 metros
- Manutenção da Sinalização Horizontal: Total 1389,55m² de pintura, 5776 tachas;
- Manutenção da Sinalização Vertical: Total = 124 placas, 9 delineadores, 0 Sirex;
- Barreira de Proteção: 32 defensas metálicas / Reparos ao Longo da Rodovia
- Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas: Reparos ao Longo da Rodovia
- Pontes identificadas na monitoração: Km 2,4 / Km 5,5 / Km 56,8 / Km 60,9 / Km 64,9 / Km 69,1 / Km 70,9 / Km 75,1 / Km 76,6 / Km 114,7 (50%)

Manutenção do Sistema de Monitoração

- Sinalização Horizontal (27%)
- Pavimento Rígido (6%)
- Edificações (46%)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Drenagem (18%);
- Sistemas Operacionais (18%)
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

Diversos

- Contenções de Encostas: Km 29 (79%);
- PRAD: através do plantio de mudas de mata Atlântica Km 87 - Pista 1 e Pista 2
 - Manutenção;
- Implantação do Sistema de Arrecadação de Pedágio (30%)
- Instalação de câmeras do sistema CFTV (25%)
- Construção de Ponto de Ônibus: Km 125,7 (50%);
- Implantação de Barreira New Jersey Ponto de Ônibus e OAE: Km 125,7 (49%)
- Implantação de Barreira New Jersey h=1,20m: Km 125,7 (80%)

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

A Diretoria da ANTT está realizando a avaliação da revisão tarifária e do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rio Teresópolis - CRT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio Teresópolis - CRT, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ) s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Concessionária relativas ao período findo em 31 de março de 2016.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ) s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às informações trimestrais da Concessionária referente ao período findo em 31 de março 2016.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores